

NAÇÃO, SOCIALISMO E REVOLUÇÃO: REVISITANDO A COMPARAÇÃO ENTRE CAIO PRADO JR. E JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI

NACIÓN, SOCIALISMO Y REVOLUCIÓN: REVISTANDO LA COMPARACIÓN ENTRE CAIO PRADO JR. E JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI

NATION, SOCIALISM AND REVOLUTION: REVISTING THE COMPARESON BETWEEN CAIO PRADO JR. AND JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i1.49015>

André Kaysel¹

Resumo: o objetivo deste artigo é o de retomar a comparação entre as obras do historiador brasileiro Caio Prado Jr. e do jornalista e militante peruano José Carlos Mariátegui, em torno de suas concepções da revolução, seus atores e programa. Partindo da constatação de que a história do marxismo latino-americano deve levar em conta a diversidade regional do continente, procurarei mostrar como ambos autores pensaram a relação entre a nação e a revolução, em função de seus diferentes contextos locais. Para tanto, as obras de Caio Prado e Mariátegui serão retomadas por meio das controvérsias políticas nas quais se envolveram, tendo por objeto a estratégia revolucionária.

Palavras-chave: Caio Prado Jr. José Carlos Mariátegui. Revolução. América Latina.

Resumen: el presente artículo tiene por objetivo retomar la comparación entre las obras del historiador brasileño Caio Prado Jr. Y del periodista y militante peruano José Carlos Mariátegui, en torno a sus concepciones de la revolución. Partiendo de la constatación de que la historia del marxismo latino-americano debe tener en cuenta la diversidad regional del continente, buscaré mostrar como los dos autores pensaron el vínculo entre nación y revolución, en función de sus respectivos contextos locales. Para ello, abordaré las obras de Caio Prado y Mariátegui por intermedio de las controversias políticas en las cuales se involucraron, teniendo por objeto la estrategia revolucionaria.

Palabras-clave: Caio Prado Jr. José Carlos Mariátegui. Revolución. América Latina.

Abstract: this paper aims to revisit the comparison between the Brazilian historian Caio Prado Jr. and the Peruvian journalist and militant José Carlos Mariátegui. Departing from the finding that the history of Latin American marxism must take into account the continent's regional diversity, I seek to demonstrate how both authors conceived of the relationship between nation and revolution, from there respective local contexts. To do so, I shall approach the Works of Caio Prado and Mariátegui through the political controversies in which they Where involved, having the revolutionary strategy as object.

Keywords: Caio Prado Jr. José Carlos Mariátegui. Revolution. Latin America.

Apresentação

Desde o final do século passado tem se formado uma caudalosa bibliografia sobre a história do marxismo na América Latina. Nessa direção, emergiram algumas propostas teóricas distintas sobre quais critérios seriam mais adequados para organizá-la. Por exemplo, Michel Löwy (2006, p. 10) propõe a centralidade do debate em torno das concepções acerca da revolução latino-americana, se “permanente” ou por etapas. Já Juan Carlos Portantiero (1990, p. 333) elege a problemática da “tradução/tradutibilidade” da teoria ao contexto histórico-cultural latino-americano.²

Mais recentemente, Omar Acha e Débora de Antonio (2010, p. 210-211) apontaram a necessidade de que os esforços para pensar a história do marxismo latino-americano dessem mais centralidade à diversidade regional que caracteriza o subcontinente. Partindo do conceito de “áreas culturais”, formulado pelo crítico literário uruguaio Angel Rama, os autores propõem uma “cartografia” do marxismo na América Latina, levando a sério a ideia da região como uma unidade na diversidade.

Meu intuito neste artigo é, justamente, o de contribuir nessa direção, combinando os critérios interpretativos acima expostos, pensando o debate sobre as estratégias revolucionárias à luz do problema da tradução, por meio de uma comparação entre diferentes contextos sub-regionais. Para tanto, revisitarei a comparação entre as obras do historiador brasileiro Caio Prado Jr. (1907-1990) e o jornalista e militante peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930), em torno de suas concepções acerca da revolução. Partindo das sugestões de Ricupero (2000, p. 62-92), já sistematizei esta comparação em trabalho anterior, (Kaysel, 2012), pensando os dois autores como tendo promovido dois “encontros” entre o marxismo e a América Latina.

Nas páginas que se seguem, procurarei demonstrar como tanto Caio Prado, como Mariátegui, procuraram relacionar a nação e a revolução, partindo das especificidades de seus contextos locais. Para tanto, abordarei suas obras por meio das controvérsias políticas nas quais ambos se envolveram, tendo por objeto as estratégias revolucionárias a serem adotadas, para seus países e o subcontinente. No caso de Prado Jr., me centrarei na polêmica suscitada por seu livro, *A Revolução Brasileira* (1966), resgatando as críticas que lhe foram dirigidas pelo dirigente comunista Marco Antonio Tavares Coelho e pelo filósofo trotskista Ruy Fausto³. Já no de Mariátegui, abordarei algumas de suas intervenções do final da década de 1920, em uma dupla polêmica, com Victor Raúl Haya de La Torre (1895-1979) e com os representantes da Internacional Comunista (IC). Por fim, além de sistematizar as principais convergências e divergências entre os autores, apontarei como ambos, cada um a seu modo, contribuíram para a tradução do marxismo na América Latina.

A revolução como processo de reformas

A obra na qual Caio Prado mais se dedicou ao tema da revolução foi, sem dúvida, *A Revolução Brasileira*, de 1966. Escrita na esteira do golpe de 1964, o livro constitui o acerto de contas sistemático do autor com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Caio Prado começa por uma discussão teórica sobre o conceito de revolução. A revolução é definida como o processo histórico pelo qual as estruturas

econômicas, sociais e políticas de uma dada sociedade são radicalmente transformadas em um período relativamente curto de tempo (PRADO JR., 1966, p. 1-2).

Os acontecimentos particulares pelos quais esse processo se desenrola seriam, nessa perspectiva, de menor importância, cabendo a primazia às transformações estruturais. Na concepção do autor, tais fenômenos isolados não têm, por si sós, sentido, adquirindo-o na medida em que se inserem em relações determinadas que confeririam inteligibilidade aos fatos sociais e históricos, sendo preciso, portanto, distinguir entre “revolução” e “insurreição”.

Para Prado Jr., a teoria da revolução – isto é, aquela interessada em orientar a prática política dos revolucionários – deveria buscar no processo histórico o potencial de transformação contido em suas contradições inerentes, devendo os conceitos dessa teoria ser formulados com base em um conhecimento cientificamente rigoroso da realidade social. Esse método seria a grande diferença que separaria o socialismo científico de Marx e Engels daquele dos socialistas utópicos. Assim, o conhecimento do funcionamento do capitalismo teria levado Marx a conceber o socialismo como uma projeção futura daquela forma social (PRADO JR., 1966, p. 6-7).

Voltando-se para o Brasil, Caio Prado afirmava que a sociedade brasileira viveria um daqueles momentos históricos em que a crise geral das estruturas econômicas, sociais e políticas se tornaria patente, refletindo-se num mal-estar generalizado no conjunto da população. Embora essas crises fossem parte de um processo de longo prazo, não levariam automaticamente à revolução, sendo indispensável, para a superação da ordem vigente, a ação de um sujeito social e político revolucionário, orientado por uma teoria adequada da realidade (PRADO JR., 1966, p. 3-5).

Os problemas começariam justamente aí, na inadequação da teoria da revolução brasileira à realidade nacional. Os teóricos da revolução brasileira, ao invés de partirem do entendimento da realidade para a elaboração dos conceitos, procurariam encaixar a formação histórico-social concreta em esquemas conceituais pré-concebidos, decalcados dos textos clássicos do marxismo, pensados para realidades completamente diferentes. Um tal procedimento, embora nominalmente inspirado em Marx, contrariaria frontalmente seu método. Essa confusão se expressaria no debate em torno da própria caracterização da revolução, cujos termos estariam equivocados, a controvérsia girando em torno da definição da revolução como “democrático-burguesa” ou “socialista”. Discutia-se, assim, um “rótulo” apriorístico, quando o que se deveria fazer era perguntar pelas tarefas históricas concretas dessa revolução.

A concepção da revolução proposta pelo historiador paulista, e a maneira de enquadrar os dilemas da teorização revolucionária no Brasil, mereceram uma crítica contundente do dirigente comunista Marco Antônio Coelho, escrevendo sob o pseudônimo de Assis Tavares. Embora reconhecesse o mérito de Caio Prado, ao ter iniciado um debate necessário, afirma que este não emprega, em sua crítica da teoria da Revolução Brasileira, o método marxista, pois Prado Jr. Partiria não de um exame das condições políticas concretas, mas sim de categorias abstratas (TAVARES, 1967, p. 50). Um exemplo nesse sentido seria a crítica de Caio Prado à aliança do PCB com o governo JK e com o populismo, de modo mais geral. Embora Tavares reconheça os aspectos entreguistas que Caio Prado aponta na política econômica de Juscelino,

crítica o historiador por não levar em conta as condições políticas nas quais os comunistas operavam (ilegalidade) e os avanços democráticos representados pelo período de JK (TAVARES, 1967, p. 51-54).

Outra crítica feita por Tavares diz respeito à recusa de Caio Prado em caracterizar a Revolução Brasileira como “socialista” ou “democrático-burguesa”. Para ele, embora estivesse correto ao recusar o esquematismo, o historiador erraria ao negar a necessidade de definir o caráter da revolução, pois tal definição seria fundamental para apontar a adequada estratégia a ser seguida (TAVARES, 1967, p. 55).

Embora partindo do ângulo político oposto, a crítica do filósofo trotskista Ruy Fausto também recairia sobre o enquadramento conceitual de *A Revolução Brasileira*. Para o filósofo, a separação que Caio Prado propunha entre a ação política imediata e sua finalidade última (o socialismo) acabava por distanciar o marxismo da prática concreta (FAUSTO, 1967, p. 9). Assim, embora tivessem um instrumental teórico que apontava a necessidade histórica do socialismo, isso de nada serviria aos marxistas, já que esse objetivo final não teria qualquer importância para a prática imediata (FAUSTO, 1967, p. 10). Essa separação também implicava em minimizar a importância da consciência política dos revolucionários, uma vez que o objetivo histórico do socialismo independia desta. Em suma, a ênfase do historiador paulista nos objetivos imediatos da luta política, em detrimento de seus fins últimos, o aproximaria do teórico do revisionismo social- democrata Eduard Bernstein, para quem “o movimento seria tudo e o fim nada” (FAUSTO, 1967, p. 11). Ao apontar esses pressupostos teóricos na obra de Caio Prado, Fausto pretendia demonstrar a descontinuidade existente entre as teses econômicas e sociológicas da obra e suas conclusões políticas.

Retornando à argumentação do historiador paulista, para empreender sua crítica da teoria oficial da revolução brasileira, Caio Prado retoma seus conceitos-chave e seus esquemas básicos. Para tanto, suas fontes foram os documentos da Internacional Comunista (IC), nos anos 20 e 30, e do PCB, nos anos 50 e 60.⁴ O historiador data a origem da teorização em questão do VI. Congresso da IC, no qual se teria chegado à uma formulação sobre as realidades do capitalismo periférico, então denominadas como “países coloniais, semicoloniais e dependentes” (FAUSTO, 1967, p. 47). Esse rótulo geral abarcaria desde as colônias e semicolônias da Ásia e da África, até os países da América Latina. Dentro dessa grande diversidade de situações, o modelo tomado pela IC teria sido o do primeiro bloco, em especial do caso chinês, por ser então o mais promissor para a revolução.

As formações sociais dos “países coloniais, semicoloniais e dependentes” teriam sido caracterizadas como sendo feudais ou semif feudais, com um capitalismo ainda embrionário, além de serem submetidas ao domínio imperialista. Daí a tarefa revolucionária dos comunistas nessas sociedades seria a de impulsionar a revolução “democrático-burguesa” e “anti-imperialista”, em aliança com os setores burgueses nacionalistas.

Esse modelo teria sido aplicado à América Latina fielmente pelo Bureau Sul-americano da Internacional Comunista (BSAIC), não tendo sido feita nenhuma diferenciação entre as diversas realidades latino-americanas, com especial prejuízo para o Brasil, cuja estrutura econômico-social diferiria muito daqueles países hispano-americanos com um forte componente indígena. Essa teorização – formulada no decorrer dos anos 20 e 30 – teria sido reiterada pelos dirigentes do Partido Comunista durante os anos 50

e 60 na elaboração da linha política da organização. Desse desencontro verificado entre teoria e realidade, resultaria o desencontro entre esta e a política partidária, tendo, portanto, sua viabilidade prejudicada.

Aqui, Assis Tavares, embora admita que houvesse, de fato, excessivo esquematismo e carência de análises concretas da realidade brasileira em muitas das formulações consagradas, afirma que Caio Prado teria cometido “um erro imperdoável” ao desconsiderar inteiramente o trabalho de elaboração de gerações de revolucionários (TAVARES, 1967, p. 49). Já Fausto, embora reconheça a importância da crítica de Caio Prado aos esquemas e teses comunistas a respeito do caráter da Revolução, sustenta, contudo, que o divórcio entre essas análises e a política enfraqueceria seu alcance (FAUSTO, 1967, p. 13).

Exposta a crítica de Caio Prado à importação mecânica de modelos estrangeiros por parte do PCB, é o caso de discutir o programa revolucionário por ele defendido. Aqui é importante retomar o conceito-chave com o qual o historiador abre sua principal obra historiográfica: o de “sentido da colonização” (PRADO JR., 1957, p. 13). O autor via o sentido da história brasileira - desde a crise do regime colonial até sua época - como sendo dado pela transição do estatuto colonial para a nação. Isto é, de uma simples empresa fornecedora de gêneros tropicais aos mercados metropolitanos para uma sociedade nacional, cuja população partilha, como um todo, dos padrões materiais e culturais da modernidade e cujos dinamismos são ditados internamente. O presente seria, pois, compreendido como um elo desse processo em que se agudizam e acumulam as contradições entre um passado em crise, mas ainda vivo, e o futuro, já próximo, mas ainda por construir (PRADO JR., 1966, p. 123-125).

Caio Prado já havia tentado, desde os anos 40, extrair consequências políticas de suas pesquisas históricas. Em um texto escrito para discussão partidária em 1947, intitulado “Fundamentos Econômicos da Revolução Brasileira”, embora partindo de Marx, Engels e Lênin - o autor já defendia uma estratégia revolucionária calcada na compreensão da realidade brasileira e das tarefas históricas por ela demandada (PRADO JR., 2007, p. 139). Para o historiador marxista a transformação da economia brasileira deveria partir da organização e estímulo ao mercado interno e da reorientação da produção em função da demanda interna (PRADO JR., 1954, p. 203-204). Seria, pois, necessário concatenar e articular produção e consumo, tanto potencial como efetivo, por meio do planejamento. Assim, o planejamento econômico deveria procurar reorganizar e combinar as diversas atividades produtivas do país, tendo-se em vista a construção de uma economia genuinamente nacional.

Prado Jr. identifica dois obstáculos básicos ao processo de mudança: o capital financeiro internacional, e suas diversas ramificações na economia brasileira, e a concentração fundiária (PRADO JR., 1954, p. 230-234). Dessa maneira, a revolução brasileira teria como tarefas históricas, de um lado, a libertação econômica da nação em relação ao imperialismo e, de outro, a reforma agrária, sendo ambas as dimensões intimamente solidárias. Tanto em Fundamentos..., quanto na monografia de 1954, Caio Prado sustenta que a revolução brasileira não implicaria, num primeiro momento uma socialização das forças produtivas, cabendo, ainda, um papel positivo à iniciativa privada, desde que sob o controle do planejamento estatal. O autor, defende que a ação planificadora do Estado, ao promover as reformas que completam a construção da nação: “prepara o caminho da construção do socialismo brasileiro” (PRADO JR., 2007, p. 141).

Ao observar o conjunto das relações sociais de produção que caracterizam a economia brasileira, o historiador encontra nas relações de trabalho no campo o âmbito em que o passado se encontraria mais forte e no qual se intensificariam as tensões e, portanto, as potencialidades, de transformação. Os trabalhadores rurais – na década de 50, ainda metade da população, – eram a classe mais intensamente explorada, pois ainda não se havia completado a transição para o trabalho livre. A exclusão dessa classe social dos padrões de vida modernos, por outro lado, também reforçaria a economia colonial. Não haveria, destarte, uma nação integrada com uma parte tão significativa da população com tão ínfimos padrões materiais e morais (PRADO JR., 2000, p. 15). Elevar esses padrões seria um elemento fundamental do programa da revolução brasileira, sendo o meio para tanto a extensão da legislação social e trabalhista adequada ao meio rural (PRADO JR., 1966, p. 215-218).

A inclusão dessa massa rural na vida do país se apresentava sob um duplo aspecto: de um lado, político e social – constituição de um ator político e reconhecimento de direitos de cidadania – e, por outro, econômico, acesso a níveis de consumo compatíveis com a vida moderna. Esse último aspecto seria decisivo, pois levaria à consolidação de um mercado interno que – ao englobar o conjunto da população – se tornaria o centro dinâmico de nossa vida econômica. Partindo desse diagnóstico, Caio Prado considera o atendimento das necessidades básicas da população e a elevação de seus padrões de vida, um ponto chave da revolução brasileira, já que exigiria a reorientação do aparelho produtivo, do atendimento da demanda externa para a interna. Este papel não estaria sendo cumprido pelo modelo de industrialização substitutiva de importações, que se vinha realizando, uma vez que era impulsionada pela demanda de consumo conspícuo das classes superiores, antes atendido pelas exportações, o que seria evidenciado pelo setor mais dinâmico do novo parque industrial, o automobilístico (PRADO JR., 1966, p. 256-257).

Retomando a resenha crítica de Assis Tavares, o autor aponta a inexistência, no livro de Caio Prado Jr., de uma discussão dos diferentes tipos de renda da terra – pré-capitalista e capitalista – proposta por Alberto Passos Guimarães (TAVARES, 1967, p. 57). Partindo deste último, Tavares critica a caracterização, feita por Caio Prado, da parceria e do colonato como sendo formas de assalariamento disfarçadas. Defende, dessa maneira, a formulação segundo a qual essas relações de produção seriam servis (TAVARES, 1967, p. 58).⁵ Assim, retomando as teses sobre o caráter semifeudal da agricultura brasileira, o dirigente do PCB aponta a subestimação, por parte do historiador paulista, da importância da luta pela terra. Além disso, sustenta que o programa defendido por Prado Jr. seria vago e aquém daquele que procurava criticar (TAVARES, 1967, p. 59).

É curioso notar que, embora com sinais políticos opostos, as críticas de Tavares e Fausto coincidem ao sublinhar a desvalorização, por parte de Caio Prado, do problema da luta pela terra. O último, embora endossando a rejeição do historiador ao conceito de feudalismo e sua caracterização da agricultura brasileira como sendo capitalista, adverte que Caio desvaloriza os elementos arcaicos que se articulam aos modernos (FAUSTO, 1967, p. 15-16). Ou seja, embora concentrada em regiões economicamente periféricas, a luta dos camponeses pela terra não seria, por isso, politicamente secundária. Pelo contrário, recuperando a atuação das Ligas Camponesas, o crítico trotskista procura mostrar que as tensões advindas da periferia do sistema podem, justamente, ganhar um peso central (FAUSTO, 1967, p. 18-19). Em suma,

a supervalorização do papel dos assalariados agrícolas e a correlata subvalorização da luta pela terra adviriam do economicismo do autor, que subordinaria o momento político ao econômico (tema ao qual voltarei no final deste artigo).

Apresentado o programa da revolução – centrado na incorporação da massa popular ao mercado interno e na ruptura dos laços de dependência com o mercado mundial – fica a questão de quais os atores políticos e sociais que levariam esse projeto a cabo.

Embora Caio Prado, como é sabido, recusasse a divisão da burguesia brasileira em um “setor nacional” e outro “entreguista”, haveria, sim, uma divisão no interior da classe burguesa, o qual dizia respeito às relações com o Estado (PRADO JR., 1966, p. 191-192). Desde a colônia, a monarquia portuguesa funcionava como feixe que unia o interesse do Estado a uma série de negócios e interesses privados. Essa indistinção entre público e privado não se teria rompido com a Independência ou a República.

Com a modernização do país e a diversificação das funções do Estado, se ampliariam os laços que uniriam os aparelhos estatais e setores empresariais que os utilizavam para obter negócios privados. Assim, se formaria um setor burguês cujos lucros dependeriam de seus vínculos privilegiados com parcelas do poder público, o que o autor denomina como “capital burocrático” (PRADO JR., 1966, p. 193-195). O outro ramo, que não possui tais ligações privilegiadas e, portanto, só defende a intervenção do Estado para beneficiar o capital em geral, é denominado de “burguesia ortodoxa”. Desse modo, surgiria uma contradição - não irreconciliável, mas por vezes aguda – entre um setor que defenderia o aumento da atuação econômica do Estado e outro, que preconizaria políticas mais ortodoxas. Essas duas frações, identificadas pelo autor com os blocos políticos do PSD-PTB e da UDN, respectivamente, teriam polarizado o conflito político no período entre o segundo governo Vargas e o golpe de 64.⁶

Enquanto a contradição de interesses entre a burguesia ortodoxa e os trabalhadores seria evidente, o capital burocrático, por sua localização no aparato estatal, teria condições de apresentar seus interesses como os interesses nacionais, além de utilizar suas posições para negociar acordos políticos pontuais com o movimento operário e com a esquerda, construindo alianças de classe (PRADO JR., 1966, p. 198-199). Foi a leitura distorcida da teoria da revolução brasileira que teria levado a esquerda a ver no capital burocrático a burguesia nacional, levando à “alianças espúrias” que teriam facilitado o golpe de abril.

Por seu turno, Tavares aponta a imprecisão da categoria de “capitalismo burocrático, ironizando, inclusive, o fato de o historiador, avesso à analogias entre a Revolução Brasileira e a Chinesa, ter empregado uma categoria originada, justamente, pelos teóricos do Kuomintang (TAVARES, 1967, p. 71) Para o dirigente comunista, ao empregar essa categoria Caio Prado se referia ao fenômeno do “capitalismo de Estado”. Todavia, não só o capitalismo de Estado não seria um fenômeno particular da sociedade brasileira, como não teria nesta, ao contrário do que supunha o historiador, características nocivas. Em que pese eventuais desmandos ou distorções, a intervenção do Estado na economia teria um papel importante no desenvolvimento nacional e na luta contra o imperialismo (TAVARES, 1967, p. 72-73).

O outro crítico que aqui examinado não nega a utilidade da divisão entre uma burguesia “ortodoxa” e outra “burocrática”. Contudo, Fausto sustenta que Caio Prado procura, equivocadamente,

substituir a polarização entre um setor burguês pró e outro anti-imperialista por uma polarização entre uma burguesia tradicional e aquela ligada ao Estado. Para ele, embora existissem tensões importantes entre os grupos burgueses, estas não teriam o alcance político que nelas se procura (FAUSTO, 1967, p. 20).

É o caso agora de discutir quais atores que Caio Prado via como portadores do programa revolucionário por ele defendido. Como se viu anteriormente, o autor considerava o campo o ponto nevrálgico para a superação do legado colonial. Assim, os trabalhadores rurais teriam um papel de protagonistas no processo revolucionário (PRADO JR., 1966, p. 275-277). Sendo sua principal demanda a extensão da legislação trabalhista e a melhoria nas condições de vida e de trabalho, seria tarefa primordial ampliar e fortalecer a organização sindical e a consciência de classe no seio da população rural, processo que ainda seria embrionário.

Embora, entre o final da década de 50 e início da seguinte, os trabalhadores rurais teriam rompido com o padrão secular de conformismo que os caracterizava – como demonstrariam as lutas sindicais na “zona da mata” pernambucana – ainda haveria muitos entraves a sua ação política, sendo o principal o isolamento em que vivia boa parte dessa população, no interior das grandes propriedades, sem os espaços públicos de convívio e meios de comunicação modernos, que caracterizavam a cidade, e sob a autoridade dos proprietários (PRADO JR., 1966, p. 277-278).

Para superar as insuficiências organizativas e de conscientização da massa rural, seria fundamental sua aliança com o operariado urbano. O trabalhador urbano, com sua maior experiência sindical e política, funcionaria como vanguarda que orientaria e auxiliaria os trabalhadores do campo. Esse bloco dos trabalhadores do campo e da cidade, que constituiria o sujeito da revolução brasileira, deveria assentar-se sobre os interesses convergentes de ambas as categorias. Como a escassez de trabalho, os baixos salários e níveis de vida, condicionados pelo sistema da grande exploração, levariam ao afluxo de mão de obra para as cidades, que venderia sua força de trabalho por preços ínfimos, rebaixando o nível dos salários urbanos, seria do interesse do proletariado industrial que os trabalhadores rurais obtivessem melhores condições de remuneração e de vida (PRADO JR., 1966, p. 279-280).

Haveria, contudo, alguns obstáculos à percepção desse interesse comum, por parte da classe trabalhadora, em virtude da peculiaridade da condição operária no Brasil. Se na Europa, durante a Revolução Industrial, tornar-se operário teria representado um descenso social em relação à condição de pequeno camponês ou artesão, no Brasil, representaria objetivamente, e assim seria percebida, uma ascensão social, em comparação à condição de trabalhador do campo, de modo que muitos operários desejariam afastar-se o máximo possível de suas origens rurais (PRADO JR., 1966, p. 282-283). Porém, a aliança deles com a massa rural seria a única possibilidade de eliminar a pressão sobre seus salários.

Desse modo, o autor propunha, como alternativa à estratégia de aliança com a burguesia nacional, até então praticada pelos comunistas, uma estratégia baseada na independência política da classe trabalhadora e na luta de longo prazo por reformas que concretizassem as tarefas históricas da revolução brasileira (SECCO, 2008, p. 115). Aqui, pode-se reencontrar aquela concepção processual e reformista da revolução, aparecida pela primeira vez na experiência da ANL, reiterada em *Fundamentos...* e desenvolvida de modo cabal em 1966.⁷ Trata-se, portanto, de uma leitura à qual o autor se manteve fiel ao longo de sua

vida. Esse traço característico de seu pensamento político o insere claramente na cultura política do PCB e o afasta dos novos grupos de esquerda que, após 1964, irão – inspirados na Revolução Cubana – defender o emprego da luta armada.⁸

É ilustrativa, a esse respeito, a crítica com a qual Ruy Fausto encerrou sua resenha. Citando Régis Debray – então um dos principais teóricos da luta armada na América Latina – o filósofo rejeita a separação, já mencionada, entre “revolução” e “insurreição”. Para ele, seria preciso aproximar esses dois momentos, sendo a separação proposta pelo historiador mais uma reiteração de seu reformismo (FAUSTO, 1967, p. 22).

Outro elemento que insere a reflexão de Caio Prado na órbita do PCB é o fato de que, como se mencionou acima, o historiador paulista não defendia uma eliminação imediata da iniciativa privada. Pelo contrário, ele julgava que o Brasil não reunia ainda condições para uma socialização dos meios de produção. Se controlada, cerceada, dirigida e impulsionada pelo Estado, a iniciativa privada poderia ter um papel positivo em nosso desenvolvimento (PRADO JR., 1966, p. 265-266)

O socialismo seria, segundo o historiador marxista, o resultado para o qual tenderia a crise do capitalismo mundial, mas isso não o colocaria na ordem do dia em todo processo político concreto. Além disso, se, como ficou dito acima, a ênfase do autor recai sobre o processo de mudança, seu fim torna-se uma questão secundária. Aqui Caio Prado emprega justamente o exemplo da Revolução Cubana que, partindo de reivindicações democráticas, teria passado à luta pela reforma agrária e ao anti-imperialismo, desembocando, pelas injunções da conjuntura política, no socialismo (PRADO JR., 1966, p. 17-19).

Interessante notar que, embora apresentando a discordância quanto ao raciocínio empregado, Assis Tavares convergiria com a conclusão de Caio Prado: a distância entre o socialismo e o atual estágio de desenvolvimento das contradições da realidade brasileira. Desse modo, em que pese as discordâncias que organizam e justificam o livro, o historiador paulista não chegou a transcender, de modo consciente, a tradição política à qual pertenceu.

A revolução como criação heroica

Antes de iniciar a discussão da revolução no pensamento de Mariátegui é preciso fazer uma advertência, pois o autor peruano nunca sistematizou suas concepções políticas ou um programa de conjunto. Em carta ao seu companheiro Moisés Arroyo Posadas, o próprio Mariátegui dizia: “Trabalho também no livro que, sob o título de ‘Ideologia e Política Nacionais’, publicarei nas edições História Nueva de Madri. Este último livro, precisamente, conterà todo meu legado doutrinário e político. A ele, remeto tanto os que, nos *Sete Ensaíos*, pretendem buscar algo que não teria porque formular em nenhum de seus capítulos – uma teoria ou um sistema político –, como os que, desde pontos de vista “hayistas”, me reprovam o excessivo ‘européismo’ ou insuficiente ‘americanismo’.” (MARIÁTEGUI, 1991c, p. 139)⁹

Entretanto, não só o autor não o fez, como os originais desse livro se perderam e nunca foram encontrados. Diante dessa lacuna, só resta ao estudioso reunir os elementos de um pensamento político dispersos por vários textos. Uma tal reconstrução, como não poderia deixar de ser, é muito parcial e sujeita

a contestações. Mas, em que pese essas deficiências, é o único modo de abordar as concepções de Mariátegui sobre a política revolucionária, forjadas no duplo debate com os adeptos da Ação Popular Revolucionária Americana (APRA) e a Internacional Comunista (IC).

Na nota introdutória aos *Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana*, sua obra maior, Mariátegui se defende da acusação segundo a qual seria um “europeizante”. Afirma não haver saída para o Peru “fora das ideias e da técnica ocidentais”. Por fim, menciona Sarmiento, o qual, “sendo europeizante, ele também, não encontrou melhor forma de ser argentino” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 6).

A quem essas linhas eram endereçadas? A resposta pode ser encontrada se se tiver em mente que, no mesmo ano em que o autor publicava os *Siete Ensayos...*, rompia com seu antigo aliado Haya de La Torre e os demais seguidores do aprismo, razão pela qual vale a pena começar reconstituindo as concepções desta última corrente.

No Discurso/Programa de 1931, Haya de La Torre começa falando nas “duas economias” que caracterizariam a formação social, não apenas do Peru, mas da Indo- América em geral. De um lado, haveria um setor nacional da economia, predominantemente feudal, agrário, técnica e socialmente atrasado. O outro, estaria ligado ao mercado mundial pelo predomínio imperialista, integrado pela produção de matérias-primas e produtos semiprocessados de exportação (tanto agrícolas como minerais). O grande dilema nacional estaria na polaridade entre esses dois setores econômicos, de modo que, o centro do programa Aprista residira na superação dessa dualidade básica que cindiria a sociedade peruana e a impedia de se afirmar como nação (HAYA DE LA TORRE, 2002a, p. 172-173).¹⁰

Se este era o caráter da Revolução Nacional, quais seriam seus agentes? Ou, de outro modo, sendo o aprismo a teoria e a prática dessa Revolução, quais seriam suas bases sociais?

Haya de La Torre demarca suas divergências com o marxismo de matriz leninista ao afirmar que, sendo a industrialização do Peru embrionária – restrita à mineração e a produtos semiprocessados -, não haveria no país o proletariado maduro que Marx considerava a classe revolucionária. Além de muito reduzido, o operariado local seria muito jovem e não teria a possibilidade material de assumir aquele papel histórico. Quanto ao campesinato, pela servidão, atraso cultural e tecnológico em que vivia, estava também impossibilitado de assumir o protagonismo político.

Assim, além das duas primeiras categorias, a base social da Revolução seria integrada também pela classe média, uma vez que a massa de pequenos proprietários e “trabalhadores intelectuais” também seria prejudicada pelo Imperialismo, além de ter as condições – ausentes entre as duas primeiras classes – de exercer um papel de liderança no novo Estado (HAYA DE LA TORRE, 2002b, p. 64).

A aliança entre operários, camponeses e a classe média formaria o pilar do “Estado Anti-Imperialista”, que deveria dirigir o processo de desenvolvimento capitalista autônomo do Peru. Nas palavras de Haya de La Torre: “Depois de derrubado o antigo Estado feudal, o movimento anti-imperialista organizará sua defesa, estabelecendo um novo sistema de economia, cientificamente planejada, e um novo mecanismo estatal que não poderá ser o do Estado democrático livre, mas sim o de um Estado de guerra, no qual o uso da liberdade econômica deve ser limitado para que não se exerça em benefício do imperialismo.” (HAYA DE LA TORRE, 2002c, p. 57)

É preciso frisar aqui que, ao falar em “Estado de guerra”, o autor se refere à luta constante para controlar os interesses econômicos do capital estrangeiro e, assim, salvaguardar a soberania nacional. É nesse mesmo sentido que defende a restrição da liberdade de iniciativa econômica e o controle nacional sobre a produção (HAYA DE LA TORRE, 2002c, p. 56).

Assim, se o líder do aprismo concordava com as teses da IC em que a América Latina vivia uma transição do feudalismo para o capitalismo, se afastava das mesmas ao qualificar qual seria o caráter do imperialismo e, por conseguinte, da revolução anti-imperialista. Divergia, também, sobre quais seriam as forças sociais a encabeçar o processo e, portanto, sobre quais seriam as bases do partido revolucionário.

Essas divergências entre apristas e comunistas foram mantidas em segundo plano até o Congresso Mundial Anti-imperialista de Bruxelas (realizado em fevereiro de 1927), no qual as relações foram rompidas de ambos os lados. As distâncias cresciam à medida que Haya disputava com a Liga Anti-Imperialista, (organizada pelos comunistas) a liderança do movimento anti-imperialista na América Latina. Isso o levou a afirmar a APRA como organização continental “sem influência estrangeira” e a criticar os comunistas por aplicarem à região a linha política emanada da Europa (MONTESINOS, 2002, p. 34-35).

A ruptura entre a APRA e a IC não levou, de modo imediato, a um confronto análogo entre Haya e Mariátegui. O primeiro abalo viria no início do ano seguinte, quando Haya de La Torre comunica – a partir do México e sem consultar a célula aprista de Lima – sua decisão de transformar a APRA de frente ampla continental em um partido nacionalista peruano e lançar-se como candidato à Presidência da República.

Confrontado com essa decisão, Mariátegui a questionou em carta enviada à célula aprista do México em abril de 1928. Nela, o marxista rejeita totalmente a ideia de criar um Partido sem enraizamento popular, pois a considerava uma tática típica da “velha política” e estranha aos fins do movimento aprista (MARIÁTEGUI, 1991b, pp. 130-131). A ruptura se deu em maio, após a resposta de Haya, na qual este acusa Mariátegui de “européista” e exige que se discipline, “não com a Europa revolucionária”, mas “sim com a Indo-América revolucionária” (QUIJANO, 1991, p. 122).

O rompimento é publicamente confirmado no editorial do segundo aniversário da revista *Amauta*, editada por Mariátegui: “Aniversário y Balance”, publicado no número 17, de setembro de 1928. Vale à pena deter-se neste artigo pois ele explicita os elementos teóricos de fundo que nortearam a polêmica dos dois revolucionários peruanos. Tratava-se, para Mariátegui, de negar a tentativa de seu interlocutor de postular um caminho original para a revolução latino-americana, afirmando a inserção da América Latina em um processo histórico universal, pautado pelo conflito entre capitalismo imperialista e socialismo: “A mesma palavra ‘revolução’, nesta América das pequenas revoluções, se presta bastante a equívocos. (...) Temos que restituir-lhe seu sentido estrito e cabal. A Revolução Latino-americana será nada mais e nada menos que uma etapa, uma fase da Revolução Mundial. Será, simples e puramente, a Revolução Socialista” (MARIÁTEGUI, 1991a, p. 126)

Para o autor, o socialismo “pressupunha e abarcava” todos os adjetivos que podiam ser adicionados à revolução: “nacional”, “agrarista” ou “anti-imperialista”. O socialismo aparecia como única possibilidade de emancipação para a América Latina, que chegara tardiamente à competição internacional,

numa era de “monopólios e de impérios”. No capitalismo contemporâneo, portanto, a região “só poderia ter o papel de colônia”. “Esta civilização (a ocidental) conduz, com forças e meios dos quais nenhuma dispôs anteriormente, à universalidade. Nesta ordem mundial, a Indo-América pode e deve ter individualidade e estilo, mas não uma cultura e um destino particulares.” (MARIÁTEGUI, 1991a, p. 127) Em suma, tomar parte no movimento histórico universal não excluiria fazê-lo a partir de características e linguagem próprias. Daí a insistência do autor no caráter “original” que deveria ter o socialismo na região. Em outra passagem do mesmo editorial, Mariátegui afirma: “O socialismo indo-americano não deverá ser decalque nem cópia, mas sim criação heroica (MARIÁTEGUI, 1991a, p. 128) Em seguida, o texto vincula essa originalidade, no caso peruano, ao potencial, para a futura organização de uma economia socialista no país, do ayllú (comunidade camponesa do altiplano andino) e dos hábitos coletivistas dos índios quéchua.

Se Haya de La Torre apontava o particularismo da realidade latino-americana para negar validade ao universalismo da teoria marxista, Mariátegui procura conciliar as pretensões universalizantes do método materialista com a particularidade da situação latino-americana. De um lado, o líder aprista – reivindicando a originalidade da realidade do subcontinente – afirmava a necessidade de um caminho próprio para a revolução na América Latina e, de outro, Mariátegui apontava a inserção da região no quadro do desenvolvimento histórico universal para defender, mesmo que reconhecendo suas especificidades, a vinculação entre a revolução latino-americana e a revolução socialista mundial.

É justamente essa diferença teórica de fundo que instrui suas discrepâncias em relação ao caráter do imperialismo na região, a constituição e papel político das classes sociais, bem como ao programa revolucionário a ser seguido. Nesse sentido, um bom exemplo é a seguinte passagem, extraída de “Punto de Vista Antiimperialista” (1929), na qual Mariátegui confronta diretamente a tese, acima citada, de Haya de La Torre da centralidade da pequena-burguesia para a luta contra o imperialismo: “Nem a burguesia, nem a pequena-burguesia no poder podem fazer uma política anti-imperialista. Temos a experiência do México, aonde a pequena-burguesia acabou pactuando com o imperialismo yankee” (MARIÁTEGUI, 1991e, p. 205).¹¹

Como afirma Quijano, a polêmica entre os dois delinea as duas correntes que iriam, nas próximas décadas, disputar a hegemonia no movimento revolucionário do Peru: de um lado, a nacionalista-democrática e, de outro, a socialista-marxista (QUIJANO, 1991, p. 122). Mais do que isso, como lembra Patrícia Funes, essa polêmica entre Haya e Mariátegui antecipa, em grande medida, os termos em que se daria o debate, nas décadas seguintes, entre nacional-populistas vs. comunistas e entre adeptos da CEPAL vs. adeptos da Teoria da Dependência (FUNES, 2006, p. 245-246).

Embora tanto Haya de La Torre quanto Mariátegui se reportassem à nação e ao nacionalismo, eles o fizeram de modo distinto. Se o primeiro, como ficou claro acima, defendia a construção da nação por meio de um “capitalismo de Estado” com base em um arranjo policlassista, o segundo sustentava que a autonomia nacional só poderia se dar com a ruptura com o capitalismo. Nesse sentido, afirma no segundo dos Sete Ensaios...: “Neste instante de nossa história, não há como ser nacionalista e revolucionário sem ser socialista (MARIÁTEGUI, 2008, p.28). Assim, onde Haya de La Torre procura distinguir, ou opor, nacionalismo e socialismo, seu interlocutor tenta uni-los. Cerca de um ano antes do rompimento com o

líder da APRA, no segundo artigo de uma polêmica com Luis Alberto Sánchez – quem, diga-se de passagem, após 1931, se filiará ao aprismo – Mariátegui precisa esse raciocínio: “O nacionalismo das nações europeias, onde nacionalismo e conservadorismo se identificam e se consubstanciam, se propõe fins imperialistas, sendo reacionário e anti-socialista. Mas o nacionalismo dos povos coloniais, (...) tem uma origem e um impulso totalmente diversos. Nesses povos o nacionalismo é revolucionário e, portanto, conclui-se no socialismo. Nesses povos a ideia da nação não cumpriu ainda sua trajetória nem esgotou sua missão histórica” (MARIÁTEGUI, 1995b, p. 250).¹²

Dessa maneira, Mariátegui não acreditava que os problemas nacionais pudessem ter uma solução burguesa. Ainda que os problemas fundamentais do Peru fossem os de uma revolução burguesa: emancipação nacional, reforma agrária, integração social e política da massa popular, sem as quais não poderia haver nação sólida, entretanto, uma burguesia retardatária e formada pela associação entre o imperialismo e o latifúndio seria historicamente incapaz de levar a cabo as tarefas que suas congêneres haviam cumprido alhures.

A missão histórica de completar o processo de formação da nação caberia a uma aliança entre o nascente proletariado industrial e o campesinato indígena, que levaria a cabo uma revolução de caráter socialista. Se a liderança revolucionária caberia aos operários, os indígenas seriam a base social sem a qual nenhuma revolução poderia triunfar, tendo em vista as condições peruanas. Para Aricó aí residiria a tentativa de Mariátegui de “traduzir” para as condições históricas do Peru a estratégia de Lênin para a Revolução Russa. (ARICÓ, 1978, p. XLVIII).

A posição aprista frente à pretensão mariáteguiana de pensar um caminho socialista para o Peru e a América Latina pode ser bem sintetizada pelo artigo do dirigente aprista Carlos Manuel Cox. Para ele, no que tange à interpretação marxista da realidade peruana, Mariátegui e o aprismo estariam de acordo. A divergência surgiria, segundo ele, no adjetivo (COX, 1978, p. 4).¹³ O problema do autor dos *Siete Ensayos*, segundo o companheiro de Haya de La Torre, seria seu excessivo “intelectualismo”, que o levaria a desconhecer as necessidades próprias à ação política.

Desse modo, Mariátegui teria se deixado levar pelo impacto de sua experiência na Europa – à qual soubera analisar de modo acurado – e “imaginado” para o Peru e para a Indo-América um proletariado revolucionário que, na realidade, não existiria. Assim, termina julgando o legado mariáteguiano com uma paráfrase de Ortega y Gasset: “tens razão em tudo o que negas, mas te equivocas em muito do que afirmas” (COX, 1978, p. 8)

Cox recolhe de Haya o tema da adequação da teoria à realidade e do suposto “europeísmo” de Mariátegui, ao mesmo tempo que procura reivindicar para a APRA seu legado como intérprete da realidade peruana. Como se depreende da análise feita acima, o juízo de Cox, de que a discordância seria somente “adjetiva”, é errôneo. Seu próprio artigo deixa isso claro ao afirmar que a visão europeizante e intelectualista de Mariátegui o teria impedido de discernir as diferenças na estrutura social entre a Europa e a América Latina (COX, 1978, p. 7).

Há, todavia, um aspecto interessante e acertado do texto do dirigente aprista: sua afirmação da divergência de Mariátegui com relação à III. Internacional. Embora se equivocando em fatos e datas, Cox

aponta que o Partido Socialista de Mariátegui, embora pretendesse filiação à IC, foi rejeitado pela mesma por seu “revisionismo” (COX, 1978, p. 7-8). É, justamente, para essa outra polêmica que me voltarei agora.

Após a ruptura com Haya, o Grupo de Lima – formado por intelectuais e sindicalistas reunidos em torno de Mariátegui e de Amauta –, se lança à organização do Partido Socialista do Peru, fundado em 26 de setembro de 1928 e tendo Mariátegui como seu secretário-geral. Encarregado, pelo Comitê Organizador do partido, de redigir uma declaração de princípios, José Carlos Mariátegui afirma, em clara continuação da polêmica com Haya: “O Partido Socialista do Peru adapta sua prática às circunstâncias concretas do país, mas obedece à uma ampla visão de classe em que as mesmas circunstâncias nacionais estão subordinadas ao ritmo da história mundial” (MARIÁTEGUI, 1991f, p. 153). Mais adiante, ao caracterizar a etapa imperialista do capitalismo, sustenta: “A práxis do socialismo neste período é a do marxismo-leninismo. O marxismo-leninismo é o método revolucionário da etapa imperialista e dos monopólios” (MARIÁTEGUI, 1991f, p. 154).

Desse modo, ao se distanciar da APRA, o Grupo de Lima, reivindicava sua filiação à III. Internacional ao afirmar sua adesão ao marxismo-leninismo. Contudo, as relações de Mariátegui com a IC não eram tranquilas. Este tema é um tópico controverso que divide os intérpretes de sua obra. Alguns – como Jorge Del Prado e Jorge Falcón –, de orientação comunista, sustentam que as discrepâncias foram secundárias ou de menor importância (DEL PRADO, 1978, p. 84-86) e (FALCÓN, 1985, p. 26-28). Já outros, como Flores Galindo (1994), Aricó (1978, 1987) e Antonio Melis (1978), adotam o ponto de vista oposto: o de que Mariátegui e a IC tinham divergências de fundo que teriam levado o marxista peruano ao isolamento, tanto no movimento comunista latino-americano, quanto em seu próprio partido. Para enfrentar tal controvérsia, é fundamental retornar à trajetória e aos termos do debate do peruano com a IC.

Pouco antes do enfrentamento entre Mariátegui e Haya de La Torre, os representantes do Comintern na América Latina vinham exortando Mariátegui a romper com Haya e a fundar um Partido Comunista no Peru.¹⁴

As razões para evitar – em 1927 – a ruptura com a APRA foram dadas pelo próprio Mariátegui. Desde seu regresso da Europa, em 1923, pretendia fundar um partido operário de orientação socialista (MARIÁTEGUI, 1995a, p. 202). Porém, sabia que o movimento operário e popular do Peru ainda estava em seus inícios: tendo feito sua primeira aparição mais importante nas greves e manifestações estudantis de 1918-1919. Nessas condições, viu na fundação da APRA a criação de uma frente única capaz de aglutinar os intelectuais radicais e os operários. Foi nesse mesmo espírito que fundou, em 1926, a revista *Amauta*: “(...) como órgão deste movimento, como tribuna de definição ideológica (...)” (MARIÁTEGUI, 1995a, p. 202).

Assim, o jornalista e militante peruano, coerentemente com essa linha política, não acreditava haver as condições para fundar, em seu país, um Partido Comunista que pudesse ter enraizamento social. A transformação, no ano seguinte, do movimento aprista de frente única em partido político, obrigou-o a adiantar seus planos e fundar, com os membros do “Grupo de Lima”, o Partido Socialista do Peru (MARIÁTEGUI, 1995a, p. 203).

Consumada a ruptura e fundado o novo partido, nem por isso as relações se tornaram harmônicas. Tais divergências se aprofundariam e ficariam mais claras na 1ª Conferência Comunista Latino-americana, realizada em Buenos Aires em junho do ano seguinte. Mariátegui redigiu duas teses para o evento: a já citada “Punto de Vista Anti-imperialista” e “El Problema de Las Razas en América Latina”.¹⁵ Nesta última, o autor vinculava o potencial revolucionário dos indígenas à sua condição de camponeses (MARIÁTEGUI, 1991d, p. 216-218). Nesse sentido, a “questão indígena” se resolveria com o acesso à terra e não, como sustentavam os documentos da IC, com a concessão aos indígenas do Direito de Autodeterminação: isto é, de constituir seus próprios Estados.¹⁶

Mas, no que tange ao problema indígena, a principal crítica da ortodoxia comunista a Mariátegui ficou por conta de sua defesa de que o Ayllú pudesse ser aproveitado como germe de uma economia socialista autóctone. Essa tese indigenista – mesmo que acompanhada da afirmação de que não se tratava de uma defesa da volta ao passado – foi considerada como sendo “populista”, no sentido do populismo russo. O mais conhecido porta-voz dessa leitura de Mariátegui foi o latino-americanista soviético V. M. Miroshevsky. Segundo ele: “Mariátegui acreditava que o Peru marcharia para a Revolução por um caminho próprio, por um caminho especial. Considerava os camponeses indígenas peruanos como “coletivistas naturais”, acreditava que estes realizariam a revolução socialista independentemente, sem o proletariado revolucionário” (MIROSHEVSKY, 1978, p. 58). Como se pode depreender da análise, feita até aqui, da obra mariateguiana, a afirmação do autor soviético de que o peruano defendia uma revolução camponesa sem o proletariado é equivocada. As analogias que Miroshevsky vê entre Mariátegui e os narodniks não são, a meu ver, inteiramente desprovidas de razão. O problema é estigmatizá-las como “socialismo pequeno-burguês” (MIROSHEVSKY, 1978, p. 69). Merece destaque, a esse propósito, a menção que Miroshevsky faz ao “caminho próprio” defendido por Mariátegui. Para a ortodoxia soviética, como se verá adiante, era justamente a ideia de um caminho próprio ao socialismo que parecia inaceitável.

Por fim, entre as polêmicas que opuseram o SSAIC e os representantes peruanos esteve a do caráter do novo partido. A nova agremiação não assumira a forma de um Partido Comunista, o que foi expresso na adoção do nome “socialista”, de caráter mais genérico. No manifesto de fundação, acima citado, se diz: “De acordo com as condições concretas atuais do Peru, o comitê concorrerá à organização de um partido socialista, baseado nas massas operárias e camponesas organizadas” (MARIÁTEGUI, 1991f, p. 157)

Mariátegui sabia muito bem que a denominação “comunista” era uma das 21 condições que os Estatutos da Internacional exigiam para a filiação de um partido. É sabido como o nome “socialista” tinha então para os comunistas uma conotação pejorativa, associada ao reformismo.

Ora, porque Mariátegui, um intelectual assumidamente revolucionário e simpático ao Comintern, preferira essa denominação? Para entender suas razões, deve-se atentar para o começo e o fim da citação anterior. A prioridade do marxista peruano era a de fundar um partido que estivesse “em acordo com as condições do Peru” e que fosse “inserido no movimento das massas populares”. Ou seja, nas “condições concretas” do país, um Partido Comunista exclusivamente operário, como queria a IC, seria,

na visão mariáteguiana, algo deslocado e inviável. Daí a opção por adotar o nome mais genérico de “socialista”.

Além do nome, os dirigentes da IC questionavam a composição de classe do PSP. Como se viu acima, em seu manifesto de criação o partido se dizia “baseado nas massas operárias e camponesas”, além disso, o mesmo texto declarava: “A organização sindical e o Partido Socialista, por cuja formação trabalharemos, aceitarão contingentemente uma tática de frente única ou aliança com organizações ou grupos da pequena-burguesia, sempre que estes representem um movimento de massas e com objetivos e reivindicações concretamente determinadas” (MARIÁTEGUI, 1991f, p. 158).¹⁷

Naquele período, porém, a IC, já sob hegemonia stalinista e tendo adotado – em seu VI. Congresso (1928) – a linha de “classe contra classe”, estava empenhada em “proletarizar” os PCs, combatendo, em especial, os quadros intelectuais de origem pequeno-burguesa, tidos como “vacilantes”. Assim, os homens da IC consideravam o PSP uma organização demasiado aberta e flexível, o que não correspondia a seus padrões de disciplina revolucionária. Aqui, é esclarecedora a seguinte alocação de Humbert-Droz sobre o que os preocupava no PSP: “Temo que, sob uma forma nova, e com uma nova etiqueta, tenhamos no Peru o ressurgimento da APRA.” (IC, 1929, p. 101). Com isso, se pode compreender o que estava por trás da polêmica em relação ao nome e caráter do PSP: a IC temia a excessiva independência da nova organização e de seu principal dirigente, preferindo o alinhamento automático com suas decisões.

Se Mariátegui partia, para o emprego do materialismo histórico, da análise de situações concretas, os membros mais ortodoxos da Internacional aplicavam os conceitos e categorias do marxismo-leninismo à qualquer situação histórico-social, sem respeito por suas singularidades.¹⁸ Essa imposição de modelos a priori à realidades estranhas aos mesmos poderia ser descrita, seguindo a sugestão de Löwy (2006, p. 9-10), como “eurocêntrica”, sendo o exato oposto do “exotismo” de Haya de La Torre. Sua forma mais acabada pode ser encontrada na resposta que o Secretário Sul-americano da IC, o ítalo-argentino Vittorio Codovilla, deu aos delegados do PSP quando estes lhe presentearam com um exemplar dos *Sete Ensaio...* de Mariátegui. O secretário do SSAIC desdenhou publicamente o livro, considerando-o uma obra de pouca relevância. Em primeiro lugar, Codovilla objetava ao emprego da forma “ensaio”, por considerá-la própria de autores liberais ou conservadores, além de sugerir um trabalho inacabado ou não científico (GALINDO, 1994, p. 407-408). A outra objeção dizia respeito ao termo “realidade peruana”, contra o qual o comunista argentino fulminou: “realidade peruana, isso não existe.” (GALINDO, 1994, p. 408).

A tarefa, proposta por Mariátegui de inserir-se no âmbito do movimento comunista internacional e, ao mesmo tempo, manter uma linha política independente – calcada numa apreensão da especificidade peruana – era, sem dúvida uma tarefa muito difícil, não sendo possível, nos limites deste trabalho, afirmar se haveria então condições para realizá-la. Seja como for, após a prematura morte de Mariátegui, em 1930, seu partido, sob a direção de Eudócio Ravínez, iria submeter-se integralmente às exigências da IC. Mesmo que não se possa sustentar que tal submissão seja a única responsável pela derrota dos comunistas frente a APRA, na disputa pela hegemonia do movimento popular no Peru, uma linha política autônoma, sem dúvida, fez falta.

Considerações finais

Discutidas as respectivas concepções do processo revolucionário e as polêmicas travadas pelos autores, passo agora, à luz do que foi dito na apresentação, a examinar as discrepâncias e convergências entre Caio Prado e Mariátegui. Enquanto o peruano afirmava o caráter socialista da revolução, o brasileiro defendia uma revolução definida segundo suas tarefas históricas, que avançasse por meio de reformas sucessivas. Isso não significa que o peruano desconhecesse o caráter processual e de longo prazo da revolução ou que o brasileiro não tivesse o socialismo por objetivo. O que se quer dizer, recuperando a chave proposta por Löwy (2006), é que, enquanto o primeiro acreditava na necessidade de uma ruptura mais drástica, o segundo defendia um caminho mais gradualista.

Aqui, a diferença se explica, em grande parte, por razões históricas. Mariátegui, é bom lembrar, viveu na Europa, principalmente na Itália, durante a onda revolucionária que se seguiu à Revolução de 1917 (1919-1923), tendo sido particularmente marcado pela experiência das agitações operárias do chamado “biênio vermelho” (1919-1920), pela fundação do Partido Comunista Italiano (1921) e pela reação fascista (PARIS, 1980, p. 100-121). Além disso, militou em um movimento comunista internacional que, embora com importantes mudanças de estratégia política ao longo da década de 20, ainda tinha a revolução mundial por horizonte.

Já Caio Prado, embora tenha sido formado na mesma matriz política, militou em um período mais longo, que vai dos anos 1930 aos 1960. Nesse período, em especial após a dissolução do Comintern (1943) e no pós-Segunda Guerra, os PCs alinhados com a URSS foram adotando – em virtude da Guerra Fria e da estabilização do capitalismo mundial - uma linha mais defensiva e, não sem oscilações, tendente à integração nos sistemas políticos nacionais.

Além disso, cabe assinalar uma explicação complementar, calcada na diferença dos contextos nacionais. O Peru dos anos 20, caracterizava-se ainda por uma economia de enclave, uma ordem social oligárquica e uma rígida estratificação que seguia linhas étnicas (com a exclusão da massa indígena), ao passo que o Brasil – entre 1930 e 1964 – viveu, sob a égide do Estado desenvolvimentista, um processo de incorporação, ainda que subordinada, das classes trabalhadoras urbanas à vida política nacional. Assim, se no Peru da década de 20 seria difícil crer em transformações por meio de reformas, no Brasil, especialmente entre o pós-guerra e o golpe de 64, esse era um caminho plausível. Desse modo, retomando a sugestão de Acha e De Antonio (2010), levar em conta as particularidades nacionais ou sub-regionais é de fundamental importância para que se compreenda as diversas formas assumidas pelo marxismo latino-americano.

Outra discrepância entre os autores diz respeito a distinta articulação entre a leitura que ambos tinham dos processos históricos mais gerais e a análise das conjunturas políticas. Uma das críticas mais contundentes feita, tanto por Assis Tavares, quanto por Ruy Fausto, a Caio Prado é a de sua incompreensão das exigências da análise e da ação políticas. Aqui talvez caiba a adjetivação de “economicismo”. Não que suas teses historiográficas o fossem, mas sim que o seu modo de articula-las à análise de conjuntura tenha sido economicista, na acepção dada por Gramsci: isto é, a dificuldade de distinguir entre os processos

estruturais de longo prazo e o acontecer conjuntural, tendendo-se a reduzir um ao outro (GRAMSCI, 2002, p. 37-38).

O historiador brasileiro procurou derivar de sua concepção do processo de formação da sociedade brasileira um programa alternativo ao do PC, mas sem levar em consideração a necessária mediação das conjunturas políticas. Suas propostas programáticas, além de vagas e gerais, permaneceram nos limites da cultura política comunista de então. Assim, talvez se explique porque, em que pese inovações teóricas para os padrões da esquerda brasileira de seu tempo, como sua conceituação de revolução, Caio Prado não tenha logrado pensar uma alternativa política à altura de sua contribuição como historiador (BRANDÃO, 1997, p. 219).

Curiosamente, uma acusação similar foi feita, tanto por Haya de La Torre, quanto por Codovilla, à Mariátegui: a de ser um intelectual insensível às exigências da ação política (GALINDO, 1994, p. 480). Essa me parece ser, contudo, uma visão equivocada sobre o marxista peruano. Se se observar sua conduta durante e após a ruptura com Haya, ver-se-á como Mariátegui foi mais capaz que Caio Prado de articular suas concepções à ação política. A própria fundação do PSP, que não estava em seus planos mais imediatos antes do confronto com o aprismo, foi uma tentativa de criar uma organização, ao mesmo tempo inserida na órbita da IC e enraizada nas condições concretas do país (GALINDO, 1994, p. 474). Como se viu acima, as condições para levar essa tarefa à cabo eram muito difíceis. Não é possível saber como o autor dos *Siete Ensayos...* teria se comportado se não tivesse falecido tão prematuramente. Mas o fato é que, inegavelmente, Mariátegui procurou unir – e, em grande medida, conseguiu – seu pensamento a uma prática política que respondesse às exigências do momento.

Possivelmente, a raiz dessa discrepância entre os dois autores esteja em uma diferença em suas trajetórias políticas. Enquanto Caio Prado aderiu a um partido já constituído e cuja direção não valorizava muito o trabalho intelectual, Mariátegui não encontrou em seu país nenhum partido de esquerda formado, colocando-se para ele próprio, na condição de liderança intelectual marxista, a tarefa de fundá-lo.

Em suas respectivas empreitadas político-intelectuais, Mariátegui e Prado Jr. enfrentaram, não apenas o dogmatismo e rigidez do Comintern ou do PCB, mas também a concorrência de outros agentes políticos: os movimentos nacionalistas populares. No caso do Peru, tratava-se do aprismo e, no do Brasil, o trabalhismo varguista.¹⁹

Contudo, aqui é preciso marcar uma diferença significativa: enquanto Mariátegui foi interlocutor privilegiado de Haya, primeiro na condição de aliado, depois, na de adversário, Prado Jr., por seu turno, como, na maior parte do tempo, não ocupou posições políticas de relevo, não teve um debate direto com os nacionalistas populares. Sua interlocução foi com a opção de seu partido, a partir da segunda metade dos anos 50, de aliar-se ao trabalhismo varguista.

As caracterizações que ambos fizeram do nacionalismo popular, embora acompanhem as diferenças de tempo e lugar, possuem alguns traços comuns. As leituras do peruano e do brasileiro – centradas na ambiguidade ideológica, no personalismo de seus líderes e na heterogeneidade de suas bases sociais – dão bem a tônica da maioria das avaliações marxistas sobre os movimentos nacionalistas populares latino-americanos. Nota-se, em ambos autores, uma visão “societária” da política: isto é, uma

leitura do Estado como sendo determinado pela sociedade civil. Tal concepção, segundo o gramsciano argentino Juan Carlos Portantiero, teria dificultado ao marxismo latino-americano o entendimento da importância do Estado para as massas populares do subcontinente e, daí, sua incompreensão dos fenômenos nacional-populares (PORTANTIERO, 1987, p. 58).

Contudo, apesar de eventuais limitações, creio ser inegável que Caio Prado e Mariátegui procuraram pensar um programa de ação política calcado numa análise das condições concretas de suas respectivas sociedades. Ambos propuseram, como se pôde constatar ao longo do texto, a incompletude da formação de suas nações como eixo articulador dos programas revolucionários que defendiam.

Assim, se está diante daquela problemática, enunciada por Portantiero (1990), da tradução/tradutibilidade do marxismo as condições histórico-concretas das realidades latino-americanas. As obras do brasileiro e do peruano são tentativas de responder a esse desafio, ao partirem de uma matriz leninista para propor uma estratégia revolucionária adequada a seus contextos nacionais. Ao fazê-lo, ambos contribuíram, cada um a seu modo, não apenas para que o marxismo fizesse mais sentido na América Latina, mas também para que desse mais sentido a ela.

Referências:

ACHA, O.; De ANTONIO, D. Cartografías y perspectivas del marxismo latinoamericano. **Contracorriente**, Buenos Aires, v.VII, n.2, invierno, 2010.

ARICÓ, J. Introducción. In:___ (org.). **Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano**. México D. F.: Pasado y Presente, 1978.

ARICÓ, J. O marxismo Latino-Americano nos Anos da III. Internacional. In: HOBBSAWM, E. J. (org.). **História do marxismo**. Vol. VIII. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOOTHMAN, D. Tradução/Tradutibilidade. In: LIGUORI, G.; VOZZA, P. (org.). **Dicionário gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRANDÃO, G. M. **A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista (1920-1964)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

COX, C. M. Reflexiones Sobre Mariátegui. In: ARICÓ, J. (org.). **Mariátegui y Los Orígenes Del Marxismo Latinoamericano**. México D. F.: Pasado y Presente, 1978.

DEL PRADO, J. Mariátegui, Marxista-Leninista Fundador Del Partido Comunista Del Perú. In: ARICÓ, J. (org.). **Mariátegui y Los Orígenes Del Marxismo Latinoamericano**. México d. F.: Pasado y Presente, 1978.

FALCÓN, J. **Anatomía de Los Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana**. Lima: Amauta, 1985.

FAUSTO, R. A Revolução Brasileira de Caio Prado Jr. **Teoria e prática**, v.1, n.2, 1967.

FUNES, P. **Salvar la nación: intelectuales, cultura e política en los años veinte latinoamericanos**. Buenos Aires: Prometeu Libros, 2006.

GALINDO, A. F. La agonía de Mariátegui: la polémica con la Comintern. In. **Obras completas**. Vol. II. Lima: Fundación Andina, 1994.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HAYA DE LA TORRE, V. R. Discurso/Programa. In:___ **Haya de La Torre o la política como misión civilizadora**. Estudio introductorio y notas de J. N. Montesinos. México D. F.: FCE, 2002a.

- HAYA DE LA TORRE, V. R. El Aprismo es una doctrina completa y un método de acción realista. In: **Haya de La Torre o la política como misión civilizadora**. México D. F.: FCE, 2002b.
- HAYA DE LA TORRE, V. R. El Estado Anti-Imperialista. In: _____. **Haya de La Torre o la política como misión civilizadora**. México D. F.: FCE, 2002c.
- INTERNACIONAL COMUNISTA (IC). Actas de La 1ª. Conferencia de Partidos Comunistas de América Latina. Buenos Aires, Editorial La Correspondencia Sudamericana, 1929. Disponível em: <http://www.memoriavermelha.com/fontes/documentos/>. Acesso em 04 de abr. 2015.
- KAYSEL, A. **Dois encontros entre o marxismo e a América Latina**. São Paulo: Hucitec, 2012.
- KAYSEL, A. **Entre a nação e a revolução: marxismo e nacionalismo no Peru e no Brasil (1928-1964)**. São Paulo: Alameda, 2018.
- LÖWY, M (org.). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 a nossos dias**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- MARIÁTEGUI, J. C. Aniversário y Balance. In: QUIJANO, A. (org). **Textos básicos**. México D. F.: FCE, 1991a.
- MARIÁTEGUI, J. C. Antecedentes y Desarrollo de La Acción Clasista en El Perú. In: _____. **Mariátegui total**. Vol. II. Lima: Amauta, 1995a.
- MARIÁTEGUI, J. C. “Carta a la Célula Aprista de México”. In. Quijano, A. (org.). **Textos Básicos**. México D. F.: FCE, 1991b.
- MARIÁTEGUI, J. C. “Carta a Moisés Arroyo Posadas”. In. Quijano, A (org). **Textos Básicos**. México D. F.: FCE, 1991c.
- MARIÁTEGUI, J. C. “El Problema de Las Razas em América Latina”. In. Quijano, A. (org). **Textos Básicos**. México D. F.: FCE, 1991d.
- MARIÁTEGUI, J. C. “Punto de Vista Antiimperialista”. In. QUIJANO, A. (org.). **Textos Básicos**. México D. F.: FCE, 1991e.
- MARIÁTEGUI, J. C. “Principios programáticos del Partido Socialista del Perú” In. QUIJANO, A. (org.). **Textos Básicos**. México D. F.: FCE, 1991f.
- MARIÁTEGUI, J. C. “Réplica a Luís Alberto Sánchez”. In. **Mariátegui Total**. Vol. II. Lima: Amauta, 1995b.
- MARIÁTEGUI, J. C. **Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana**. Estudio Introductorio y Notas de A. Quijano. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2008.
- MELIS, A. “Mariátegui: Primer Marxista de América”. In. ARICÓ, J. (org). **Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano**. México D. F.: Pasado y Presente, 1978.
- MIROCHEVSKY, V. M. “El Populismo en El Perú: Contribución de Mariátegui AL Pensamiento Social en América Latina”. In . ARICÓ, J. (org). **Mariátegui y Los Orígenes del Marxismo Latinoamericano**. México D. F.: Pasado y Presente, 1978.
- MONTESINOS, J. N. “Estudio Introductorio”. In. Haya de La Torre o La Política Como Misión Civilizadora. México D. F.: FCE, 2002.
- PARIS, R. La Formación Ideológica de José Carlos Mariátegui. México D. F.: Pasado y Presente, 1980.
- PERICÁS, L. B. **Caio Prado Jr.:** uma biografia Política. São Paulo: Boitempo, 2016.
- PORTANTIERO, J. C. “O Marxismo Latino-americano”. In. HOBBSAWM, E. J. (org). **História do Marxismo**. Vol. XI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- PORTANTIERO, J. C. “O ‘Nacional-Popular’: Gramsci em Chave Latino- Americana”. In. COUTINHO, c. N. e NOGUEIRA, M. A. (org). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- PRADO JR., C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- PRADO JR., C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PRADO JR., C. “As Eleições de 3 de Outubro”. In. Revista Brasiliense. Vol. 6, No. 32. São Paulo: Brasiliense, 1960.
- PRADO JR., C. **Diretrizes Para Uma Política Econômica Brasileira**. São Paulo: Gráfica Urupês, 1954.
- PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)**. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- PRADO JR., C. “Fundamentos Econômicos da Revolução Brasileira”. In. Santos, Raymundo (org.). **Dissertações Sobre A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense-Fundação Astrojildo Pereira, 2007.
- PRADO JR., C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- PRADO JR., C. “O Programa da ANL”. In. Revista Escrita Ensaio, Vol. 4, No. 10. São Paulo: Escrita Ensaio, 1983.
- PRADO JR., C. “Perspectivas da Política Progressista e Popular Brasileira”. In. Santos, Raymundo (org.). **Dissertações Sobre A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense- Fundação Astrojildo Pereira, 2007.
- QUIJANO, A. “Prefacio y Notas”. In: QUIJANO, A. (org). **Textos Básicos**. México D. F.: 1991.
- RICUPERO, B. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, Departamento de Ciência Política da USP, FAPESP, 2000.
- SANTOS, R. “Opinião Pública e Partidos Políticos em Algumas Análises de Conjuntura de Caio Prado Jr.”. In. Moraes, João Quartim de e Del Roio, Marcos (org.). **História do Marxismo no Brasil, Vol. IV**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SECCO, L. **Caio Prado Jr.: o sentido da revolução**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- TAVARES, A. **Caio Prado Jr. e a teoria da revolução brasileira. Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n.1, 1967.

Notas

1 Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp). Diretor do Centro de Estudos Marxistas (CEMARX) e Coordenador do Laboratório do Pensamento Político (PEPOL). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6093535016539029>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2467-5363>. Correio eletrônico: akaysel@unicamp.br.

2 Antonio Gramsci, em várias de suas notas carcerárias, pensou o conceito de tradução, para além daquela que ocorre entre línguas naturais, abarcando as traduções entre linguagens científicas e filosóficas, entre momentos históricos ou culturas nacionais (BOOTHMAN, 2017, p. 781-782). Daí o marxista sardo propor também a categoria de “tradutibilidade”, isto é, o problema teórico referente as condições que tornam possível, não apenas a tradução de um texto de uma língua para outra, mas as ideias, de um paradigma a outro ou de uma cultura a outra (BOOTHMAN, 2017, p. 783-784).

3 Não seria possível, nos limites deste artigo, resgatar toda a controvérsia suscitada pela publicação de *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado. Para tanto, remeto a mais recente e completa biografia do autor, cf. PERICÁS, 2016.

4 Caio Prado aborda os seguintes documentos do PCB: Resolução do IV Congresso (1954) e Resolução da Convenção do partido (1960), cf. p. 79-83. Discute, ainda, dois informes de Luis Carlos Prestes (1949 e 1954), ao Comitê Central e ao IV Congresso, respectivamente, e, por fim, as “Teses Preparatórias para o VI Congresso” (1964), cf. PRADO JR., 1967, p. 98-100.

5 Embora esteja de acordo em que Caio Prado exagere ao associar certas formas não-monetárias de relações de trabalho ao assalariamento, não creio que esse equívoco se deva ao fato de o historiador considerar a economia brasileira como sendo capitalista desde seu início. Na verdade, o autor afirma explicitamente que o país só se torna capitalista com o fim do trabalho escravo (PRADO JR., 2002, p. 175). Para um aprofundamento dessa discussão, cf. KAYSEL, 2010, p. 120-127.

6 O historiador paulista via de modo bastante negativo o sistema partidário brasileiro. Em sua opinião o sistema político nacional não se organizava de forma a dar expressão ideológica às contradições materiais da formação social brasileira, obscurecendo-as. Cf. PRADO JR., 2007, p. 209-218. Para uma análise deste e outros artigos de conjuntura política do autor, cf. SANTOS, 2007, p. 193-334.

- 7 Para a interpretação do historiador a respeito do programa da Aliança Nacional Libertadora (ANL), agremiação da qual foi vice-presidente em São Paulo, cf. PRADO JR., 1983, p. 134-135.
- 8 Em entrevista concedida à *Revisão*, órgão do Grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em 1967, o historiador paulista apontou a falta de condições para a luta armada no país, o que ia na contramão do que pensava boa parte do movimento estudantil de então. Cf. SECCO, 2008, p. 116.
- 9 Não se deve confundir o livro anunciado na carta com o volume “Ideologia e Política”, das obras completas. Este é uma compilação de diversos escritos do autor feita por seus herdeiros.
- 10 Discurso proferido em Lima em agosto de 1931, durante comício de Haya em sua campanha para Presidente da República. Embora este discurso tenha sido feito após o falecimento de Mariátegui, creio ser pertinente utilizá-lo na medida em que contém um bom resumo das concepções de Haya de La Torre.
- 11 A referência aos rumos da Revolução mexicana não é nada casual, uma vez que esta foi uma das principais fontes de inspiração para Haya de La Torre. Cf. MONTESINOS, 2002.
- 12 Publicado em *Amauta*, n. 7, março de 1927.
- 13 Publicado em *Claridad*, n. 279, Buenos Aires, julho de 1930.
- 14 Na Conferência da Internacional Sindical Vermelha de fins de 1927, para a qual Mariátegui enviou Julio Portocarrero e Armando Bazán, o dirigente comunista Losowsky já exortava os delegados peruanos a romper com a APRA e fundar em seu país um Partido Comunista. Cf. QUIJANO, 1991, p. 197.
- 15 Por motivos de saúde, o secretário-geral do PSP não pôde comparecer à conferência, sendo o médico Hugo Pesce e o sindicalista Julio Portocarrero os delegados peruanos.
- 16 Nesse tocante, diante das ponderações de Pesce de que a autodeterminação dos indígenas era algo alheio à realidade concreta, “Luis”, pseudônimo do suíço Jules Humbert-Droz, representante do secretariado da IC, admitiu que o problema indígena era complexo e que, talvez, a consigna mais adequada fosse a luta pela terra. Apesar disso, a maioria dos representantes da IC se mantiveram fiéis à reivindicação da autodeterminação. Cf. QUIJANO, 1991, p. 199.
- 17 Por essa declaração vê-se como, apesar de ter rompido com Haya, Mariátegui não queria afastar a possibilidade de alianças ou convergências futuras.
- 18 Assim, creio ser supérfluo indagar se Mariátegui foi ou não um leninista. Não era o reconhecimento da autoridade teórica e política de Lênin que o distanciava da IC, mas sim sua maneira de empregar o marxismo. Cf. ARICÓ, 1978, p. XX-XXII.
- 19 Não há espaço aqui para aprofundar o problema das complexas relações entre o marxismo e os nacionalismos populares na América Latina. Sobre o tema, cf. KAYSEL, 2018.

Recebido em: 13 de abr. 2022

Aprovado em: 21 de abr. 2022